

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0022001-13.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Irene Cristina Mariano**  
 Requerido: **Dia Distribuidora de Alimentos Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**VISTOS**

**IRENE CRISTINA MARIANO** ajuizou Ação **DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** em face de **DIA – DISTRIBUIDORA INDIVIDUAL DE ALIMENTOS LTDA**, todos devidamente qualificados.

Aduz a requerente, em síntese, que no dia 01/08/2012 adquiriu 5 saches de cappuccino e um iogurte na empresa requerida e ao deixar o estabelecimento foi perseguida por funcionários que a coagiram a voltar por conta de ter furtado a bebida láctea em questão. Sustentou que mesmo depois de a gerente ter comprovado o pagamento, foi levada à presença da faxineira que confirmou ser ela (autora) a pessoa que havia tomado o iogurte dentro do banheiro e descartado o vasilhame. Argumentou, por fim, que começou a gritar em virtude do ocorrido e que muitas pessoas pararam para observar a cena. Pediu a procedência da ação com a condenação da requerida em indenização por danos morais equivalente a 100 salários mínimos.

A inicial veio instruída com documentos.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Devidamente citada, a requerida apresentou contestação às fls. 34 e ss. Sustentou, em síntese, que a autora foi abordada “educadamente” (textual) na porta do estabelecimento para comprovar o pagamento dos produtos adquiridos e inquirida sobre ter consumido a bebida no banheiro; que a autora se negou a esclarecer a situação e começou a causar tumulto, chamando a atenção de outras pessoas. Pontuou que é proibido o consumo de qualquer item no interior do supermercado e que não há falar-se em indenização por danos morais, uma vez que o ocorrido foi ocasionado por culpa exclusiva da autora.

Sobreveio réplica às fls. 97/110.

A audiência de conciliação restou infrutífera (cf. fls. 151).

As partes foram instadas a produzir provas. A requerida pleiteou a oitiva de testemunhas; a requerente pediu prova oral e a juntada da gravação das câmaras pela requerida.

Em resposta ao despacho de fls. 173 a requerida peticionou informando que as filmagens permanecem arquivadas por apenas 30 dias.

A fls. 192/214 foi carreado aos autos ofício da Secretaria de Saúde.

Audiência de instrução às fls. 242/247.

Declarada encerrada a instrução, as partes apresentaram memoriais às fls. 229/232 e 234/236.

**Eis o relatório.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DECIDO.**

Hodiernamente, o que se vê é a banalização do instituto do dano moral. Qualquer discussão ou mero aborrecimento dão azo a ações de indenizações por danos morais, desamparadas de fundamento e desacompanhadas dos requisitos essenciais da responsabilidade civil específica.

Veja-se:

... Não há falar em indenização por dano moral se as sensações de dor moral não passam de mero aborrecimento. Não comprovando escorreitamente a autora os fatos constitutivos do seu direito (art. 333, inc. I do CPC) e restando, assim, indemonstrados os requisitos aptos a gerar o dever de indenizar, quais sejam, o evento danoso, o dano efetivo e o nexo causal entre o ato/fato e a lesão, é de ser negado o pedido de indenização por danos morais. (TJSC; acórdão 2007.014592-7; rel. Des. Mazoni Ferreira, data da decisão: 10/05/07, com grifos meus).

Confira-se, ainda:

CIVIL – Dano moral – CDC – Responsabilidade civil objetiva elidida – Inconfiguração – Ausência de prova de fato ensejador – Transtornos do dia a dia – Suscetibilidade exagerada. 1. A responsabilidade civil objetiva do fornecedor de serviços e/ou produtos fica elidida, porque cede diante da prova da inexistência de fato a dar ensejo ao dano moral reclamado. 2. Só deve ser capaz de causar efetivo dano moral, a ocorrência efetiva da dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade dos acontecimentos do cotidiano, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem-estar. 2.1. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazer parte


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

do que rotineiramente acontece no nosso dia-a-dia, no trato com terceiros, no trabalho, no trânsito, entre amigos e até mesmo no ambiente familiar, tais situações não são tão intensas, profundas e duradouras a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo e suficientes a lhe ensejar sofrimento interno e profundo no seu âmago, provocativo de dano moral que mereça ressarcimento. 2.2. Ao contrário, seria tutelar de forma distinta e inadmissível quem, fugindo à regra da normalidade das pessoas, possui exagerada e descomedida suscetibilidade, mostrando-se por demais intolerante. Recurso da ré conhecido e provido para julgar improcedente a postulação inicial, dando-se por prejudicado o recurso da autora (TJDF – ACJ nº 20.010.810.023.985 – DF – 2ª TRJE – Rel. Des. Benito Augusto Tiezzi – DJU 01.04.2002). Para que seja devida a indenização por dano moral é necessário que o autor comprove a efetiva ocorrência de prejuízo com a configuração de abalo moral ou psicológico do ofendido. (TAPR – AC nº 188.323-6 – 1ª C. Civil – Rel. Marcos de Luca Fanchin – DJPR 31/10/2002 – com grifos meus).

E, no caso examinado, da prova oral coligida decorre a improcedência do reclamo.

A autora certamente agiu da forma relatada com intuito pré-concebido de buscar, posteriormente, em Juízo, a indenização.

Segundo as testigos, **a autora não passou por qualquer constrangimento, ainda mais intolerável, e que justificaria a indenização.**

Coube a ela, já “alterada” (cf. depoimento de Guilherme Fernandes de Azevedo), ir em direção à faxineira do estabelecimento em clara tentativa de agressão; ainda segundo referida testigo nenhum outro funcionário da ré se acercou da autora ou mesmo foi agressivo com ela.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

As atendentes da ré se limitaram a explicar o que se passou com o pote de iogurte, (encontrado, consumido, no lixo do banheiro) sem qualquer alteração de voz.

A simplória faxineira se limitou a atender as orientações da supervisão quando notou que a autora havia consumido o iogurte no banheiro, descumprindo claramente vários avisos espalhados pela loja, como podemos ver a fls. 64/70. Não bastasse quase ter sido agredida ainda foi ofendida pela autora que a chamou de “vaca”.

Ou seja, tudo indica que o incidente ganhou a proporção especificada por responsabilidade exclusiva da autora, cujo descontrole foi totalmente desproporcional ao agir dos prepostos da ré, que apenas exerceram seu direito de fiscalização. Bastava que a autora exibisse o cupom, e não tivesse consumido o iogurte no banheiro, e nada daquilo teria ocorrido.

Muito embora a autora tenha efetuado o pagamento do iogurte (v. fls. 29), deliberou consumi-lo dentro do banheiro do estabelecimento contrariando avisos expressos que existem no local (v. fls. 68).

Nessa situação, foi pilhada por uma faxineira, senhora simples, que seguindo orientação superior comunicou o fato ao gerente. Antes disso, ainda, procurou no lixo o “cupom fiscal” sem êxito.

Concluindo: a abordagem da autora foi feita pelo funcionário Marcos, ainda dentro da loja e ali a autora permaneceu durante todo o ocorrido. Ou seja, não ganhou o logradouro e foi perseguida como sustentado a fls. 03, 04.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Em nenhum momento a autora foi acusada de ter furtado algo ou mesmo submetida à revista.

Assim, no contesto dos autos, não há que se falar em constrangimento a ser indenizado.

\*\*\*\*\*

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pleito inicial.

Sucumbente, arcará a autora com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor dado à causa, observando-se o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50.

P.R.I.

São Carlos, 11 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**